



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022.

Câmara Municipal de Pacajus
Lido na Sessão de dia 24/02/2022.

APROVADO
NA SESSÃO DO
DIA 24/02/2022.

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL AO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Prefeito Municipal de Pacajus, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos da Lei Orgânica deste Município o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a adequação da remuneração do quadro de magistério público municipal ao piso salarial profissional nacional, para os profissionais do magistério público da educação básica.

Art. 2º Ficam alterados os vencimentos dos profissionais do magistério público municipal de Pacajus - CE em 33,24% (trinta e três vírgula vinte e quatro por cento).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Parágrafo único – O estudo de impacto financeiro consta no Anexo I desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2022.

BRUNO PEREIRA FIGUEIREDO
Prefeito do Município De Pacajus



**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Lei Complementar no 101 de 04 de maio de 2000)**

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA LEI COMPLEMENTAR NO 101/2000, REFERENTE AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE REAJUSTE SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO MONTANTE DE 33,24%:

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário financeiro, na forma de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal,

CONSIDERANDO que o Município de Pacajus encontra-se com o limite de gasto com pessoal abaixo do limite legal que é de 54%, em conformidade com o disposto no Art. 22 da Lei Complementar no 101/2000;

CONSIDERANDO a necessidade de reajuste salarial para os profissionais da Educação, relatamos:

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar no 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente. Os valores propostos compreendem a revisão geral de subsídio e remuneração visando a reposição do pagamento de salário, décimo-terceiro salário, adicional de férias, encargos, dentre outras despesas de pessoal, cuja previsão de despesa foi calculada com base no atual quadro de servidores do Município de Pacajus.

O cálculo envolve o levantamento dos custos com a reposição salarial das remunerações do cargo citado acima, para o exercício corrente e os dois subsequentes em que entrar em vigor a vigência desta Lei.

O custo patronal para o cargo está estimado em 17,24% (Dezessete vírgula vinte e quatro por cento), visto que são contribuintes obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social.

GABINETE DO PREFEITO

A metodologia utilizada para a definição da gratificação proposta levou em consideração a adequação da remuneração ao valor de mercado.

Para o exercício de 2022 estimamos que a revisão das remunerações irá gerar um impacto financeiro e orçamentário conforme estabelecido na tabela abaixo:

CARGO	QUANT.	VENC. BASE	PREVISÃO SEM CORREÇÃO	CORREÇÃO 2022	CORREÇÃO 2023	CORREÇÃO 2024
COORDENADOR 200 HS	27	R\$ 3.276,94	R\$ 88.477,38	R\$ 117.887,26	R\$ 132.925,39	R\$ 136.913,15
COORDENADOR ENS ESP 100 HS	1	R\$ 1.638,47	R\$ 1.638,47	R\$ 2.183,10	R\$ 2.461,58	R\$ 2.535,43
COORD DE ENS FUNDAMENTAL	1	R\$ 3.276,94	R\$ 3.276,94	R\$ 4.366,19	R\$ 4.923,16	R\$ 5.070,86
PEB I 200 HS	11	R\$ 2.890,28	R\$ 31.793,08	R\$ 42.361,10	R\$ 47.764,84	R\$ 49.197,78
PEB II 100 HS	14	R\$ 1.638,48	R\$ 22.938,72	R\$ 30.563,55	R\$ 34.462,35	R\$ 35.496,22
PEB II 200 HS	325	R\$ 3.276,24	R\$ 1.064.778,00	R\$ 1.418.710,31	R\$ 1.599.686,04	R\$ 1.647.676,62
PEDAGOGO 200 HS	9	R\$ 3.436,87	R\$ 30.931,83	R\$ 41.213,57	R\$ 46.470,92	R\$ 47.865,05
PROF ED FÍSICA N1 PEB I 100 HS	2	R\$ 1.449,98	R\$ 2.899,96	R\$ 3.863,91	R\$ 4.356,80	R\$ 4.487,50
PROF ED FÍSICA N1 PEB I 200 HS	8	R\$ 3.276,94	R\$ 26.215,52	R\$ 34.929,56	R\$ 39.385,30	R\$ 40.566,86
SECRETÁRIO ESCOLAR	29	R\$ 2.890,28	R\$ 83.818,12	R\$ 111.679,26	R\$ 125.925,48	R\$ 129.703,24
SUB - TOTAL - MÊS			R\$ 1.356.768,02	R\$ 1.807.757,71	R\$ 2.038.361,86	R\$ 2.099.512,71
SUB - TOTAL (fevereiro a dezembro de 2022)			R\$ 14.924.448,22	R\$ 21.693.092,52	R\$ 24.460.342,28	R\$ 25.194.152,55
139 SALÁRIO			R\$ 1.356.768,02	R\$ 1.807.757,71	R\$ 2.038.361,86	R\$ 2.099.512,71
FÉRIAS			R\$ 452.256,01	R\$ 602.585,90	R\$ 679.453,95	R\$ 699.837,57
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - 17,24%			R\$ 2.806.881,68	R\$ 4.051.546,58	R\$ 4.568.376,59	R\$ 4.705.427,89
TOTAL DO IMPACTO			R\$ 19.540.353,93	R\$ 28.154.982,71	R\$ 31.746.534,69	R\$ 32.698.930,73
				R\$ 8.614.628,78	R\$ 3.591.551,98	R\$ 952.396,04
				R\$ 125.664.628,78	R\$ 129.256.180,76	R\$ 130.208.576,80

Obs.: Projeção para o exercício de 2023 e 2024 usaremos o índice do IPCA referente ao previsto em Janeiro de 2022, para os exercícios seguintes.

A correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu caput — *in verbis*.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes;

II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, para o exercício financeiro de 2022, a proposta orçamentária para o exercício de 2022 prevê uma despesa total com pessoal e encargos sociais de R\$ 117.050.000,00 (cento e dezessete milhões e cinquenta mil reais), o impacto financeiro acima no valor de R\$ 28.152.869,61 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) corresponde ao total a ser desembolsado com remuneração dos profissionais em destaque considerando um acréscimo de R\$ 8.614;628,78 (oito milhões, seiscentos e quatorze e mil, seiscentos e vinte oito reais e sessenta e um centavos) referente à reposição salarial projetada de Fevereiro a Dezembro de 2022, teremos uma despesa total de pessoal de R\$ 125.664.628,78 (Cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais, setenta e oito centavos), com base em uma receita corrente líquida projetada no orçamento para o exercício de 2022 no valor de R\$ 191.845.105,70 (Cento e noventa e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e cinco reais e setenta centavos) irá gerar uma gasto com pessoal de 65,50%, limite este **SUPERIOR** ao limite legal de gasto com pessoal estabelecido na LRF que é de 54%, e superior ao limite para emissão de parecer pelo Tribunal de Contas dos Estados.

Ressaltamos que os cálculos por nós efetuados para 2022 levaram em consideração a previsão orçamentária de gasto com pessoal para 2022 discriminada na Lei Orçamentária para o exercício de 2022, e a reposição salarial em questão, considerando a Dotação atualizada, desconsiderando horas extras e outras reposições, concessões, atualizações ou correções salariais realizadas no exercício.

Para o ano de 2023, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante de R\$ 198.080.071,64 (cento e noventa e oito milhões, oitenta mil, setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) e o gasto estimado com pessoal, calculado com base na estrutura de gastos prevista na proposta Orçamentária de 2022 e considerando uma correção pelo IPCA no valor de 3,36%, poderá atingir o montante de R\$ 129.253.798,10 (Cento e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e oito reais e dez centavos), resultando em um percentual de gasto com pessoal para 2023 de 65,25%, superior ao limite legal estabelecido através da LRF que é de 54% e superior ao limite para emissão de parecer pelo Tribunal de Contas dos Estados, conforme parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Já para o exercício de 2024, a estimativa é de que a receita cresça cerca de 3,00% (previsão do IPCA) adicionado do crescimento do PIB cerca de 2,50%, atingindo o montante de R\$ 204.022.473,79 (duzentos e quatro milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos) e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 130.206.122,66 (cento e trinta milhões, duzentos e seis mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), também considerando uma correção pelo IPCA, resultando em um percentual de 63,82%, índice este, superior ao limite legal estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 54% e superior ao limite para emissão de parecer pelo Tribunal de Contas dos Estados, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2022	191.845.105,70	125.664.628,78	65,50
2023	198.080.071,64	129.253.798,10	65,25
2024	204.022.473,79	130.206.122,66	63,82

Salientamos ainda que, em todas as projeções consideramos uma evolução otimista da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, além de termos considerado uma redução significativa no crescimento vegetativo da folha de pagamento, no entanto mantem se acima do limite legal.

O Município de Pacajus apresentou um índice de gasto com pessoal de 50,60% em relação à Receita Corrente Líquida no 3º Quadrimestre de 2021, estando abaixo do limite legal que é de 54%.

Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, os valores pleiteados encontram-se insuficientes conforme previstos na Lei Orçamentária Anual de 2022.

Finalmente quanto às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, podemos afirmar que os valores objeto de estudo deste impacto não irão prejudicar diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Pacajus, para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, devendo tão somente ser observado e avaliado o impacto financeiro das receitas com vinculação específica, que integram a receita corrente líquida utilizada como base de cálculo de apuração do gasto com pessoal.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2022.

BRUNO PEREIRA FIGUEIREDO

Prefeito do Município de Pacajus

MENSAGEM nº 18/2022

PACAJUS (CE), 22 DE FEVEREIRO DE 2022.

À Sua Excelência o Senhor

Vereador **ALAELDIO GOMES AGOSTINHO AMORIM**

Presidente da Câmara Municipal de Pacajus

Sr. Presidente,

Nobres Vereadores.

Tenho a honra de submeter à apreciação e discussão de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei nº 18/2022, que **DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL AO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Tal medida visa adequar os vencimentos dos servidores do quadro do magistério público municipal, que percebam salário base inferior ao piso salarial profissional nacional, passarão a perceber valores nos termos constantes do incluso projeto de Lei.

Observem que referido projeto de lei visa única e exclusivamente fazer a adequação da legislação municipal a federal no que concerne ao piso nacional dos professores.

Em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente os artigos 16 e 17, apresentamos a inclusa estimativa do impacto orçamentário-financeiro no presente exercício e nos subsequentes.

Assim, em razão do exposto, remeto o presente Projeto de Lei ao apurado exame de V. Exa. e dos ilustres Vereadores com assento nessa augusta Casa, **solicitando sua apreciação em sessão ordinária e em regime de urgência urgentíssima e esperando sua aprovação.**

Sem mais para o momento e certos de contarmos com o apoio dos senhores vereadores na aprovação do referido projeto.

Renovamos a V. Exa. e aos demais insignes representantes da população do município de Pacajus, protestos de elevada estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,

BRUNO PEREIRA FIGUEIREDO

Prefeito do Município de Pacajus